

1 **ATA 16° DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO DE**
2 **ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO GRANDE DO SUL – IPE SAÚDE**

3
4 Aos vinte e cinco dias do mês de agosto de dois mil e vinte e dois, às quatorze horas, em reunião
5 híbrida, realizou-se a décima sexta Sessão Ordinária do Conselho de Administração do Instituto de
6 Assistência à Saúde dos Servidores Público do Rio Grande do Sul – IPE Saúde do ano de 2022, sob a
7 presidência do conselheiro João Ricardo dos Santos Costa, presidente do Conselho de Administração
8 do IPE Saúde, e secretariada por mim, Thuane Liesenfeld Borges, secretária do colegiado. **1) Abertura**
9 **da Reunião Ordinária.** Foi declarada aberta a reunião, que contou com a presença dos conselheiros
10 representantes do Governo do Estado, titulares Thiago Dapper Gomes e suplente Gilderis Magrin (IPE
11 Saúde), Mauro Luciano Hauschild (SJSPS), Álvaro Panizza Salomon Abi Fakredin (ALRS), João Ricardo
12 dos Santos Costa (TJRS) e Maria Cristina Cardoso Moreira de Oliveira (MPRS); e representantes dos
13 segurados, titulares Kátia Terraciano Moraes e Ives Agamenon Leite Lucas (União Gaúcha), Márcia Elisa
14 Pereira Trindade e Antônio de Pádua (Fessergs), Vera Maria Lessês e Antônio Alberto Andreazza
15 (Cpers). A reunião contou também com a presença da promotora de Justiça de Defesa do Patrimônio
16 Público de Porto Alegre, dra. Roberta Brenner de Moraes. **2) Ausências justificadas.** O conselheiro
17 Bruno Queiroz Jatene não compareceu por motivo de agenda externa pelo IPE Saúde, sendo
18 substituído pela sua suplente Gilderis Magrin. **3) Aprovação da Ata CA nº 15/2022 da reunião**
19 **ordinária, do dia 11 de agosto de 2022.** A ata de nº 15/2022, do dia 11 de agosto de 2022, foi aprovada
20 por unanimidade dos conselheiros, sem ressalvas. **4) Correspondências expedidas.** Nenhuma. **5)**
21 **Correspondências recebidas.** Nenhuma. **6) Discussão sobre falta de atendimento aos segurados e**
22 **relacionamento entre Hospital Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre e IPE Saúde.** Para dar
23 início às discussões sobre o tema, o presidente do Conselho de Administração, João Ricardo, explicou
24 sobre as competências do colegiado e relatou que, desde a implementação deste Conselho, em
25 outubro de 2020, diversos casos sobre falta de atendimento aos segurados do IPE Saúde foram
26 relatados, fazendo com que os conselheiros se atentassem ao tema e acompanhassem com prioridade
27 as tratativas entre a Autarquia e os prestadores credenciados. A partir deste relato, João Ricardo
28 salientou que a negativa de atendimento por parte do Hospital Santa Casa de Misericórdia de Porto
29 Alegre, em específico, não é um tema recente e que vem ocorrendo constantemente, atribuindo ao
30 Instituto a responsabilidade pelo não atendimento aos pacientes, justificando que o IPE Saúde tem
31 dívidas atrasadas com o Hospital. O presidente relatou o último caso recebido pelo Conselho de

32 Administração que se trata de um servidor da Autarquia, onde o mesmo teve o atendimento negado
33 a um familiar dentro do Complexo Hospitalar, na tentativa de cobrança particular pelo hospital, fato
34 que só foi resolvido quando o referido servidor contactou imediatamente a Presidência e o Conselho
35 do IPE Saúde. João Ricardo salientou que a falta de atendimento aos segurados deve ser resolvida
36 para evitar que os prestadores usem os pacientes como escudos para pressionar a Autarquia,
37 rompendo um contrato com finalidade social que prioriza, antes de tudo, o atendimento aos
38 segurados. Na sequência, a conselheira Kátia Terraciano manifestou-se complementando que não
39 somente a falta de atendimento por parte dos hospitais ocorre com frequência, mas também por parte
40 dos médicos credenciados e clínicas que justificam diversas desculpas para fazer com que o segurado
41 do IPE Saúde pague o atendimento de forma particular. A conselheira relatou alguns exemplos de
42 negativas que os prestadores utilizam em consultório. Após as manifestações dos conselheiros, a
43 promotora de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre, Roberta Brenner de Moraes,
44 iniciou sua fala relatando que os temas que tratam sobre o IPE Saúde fazem parte de sua atividade
45 laboral há alguns anos e que, por conta disto, tem se comprometido em auxiliar a gestão da Autarquia
46 por meio do Ministério Público do Estado. Roberta Brenner relatou ao colegiado que, em setembro de
47 2021, encaminhou um ofício ao então governador do Estado do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite,
48 relatando os principais impasses travados pelo IPE Saúde e trazendo ao Governo do Estado a
49 responsabilidade por subsidiar o Instituto por meio de uma reestruturação administrativa. Na
50 sequência, a promotora leu o ofício encaminhado e explicou que, após esta mobilização, o governador
51 nomeou como diretor-presidente da Autarquia um técnico que trouxe consigo o projeto de
52 reestruturação do Instituto e que viu esta escolha com satisfação. Segundo a promotora, o Ministério
53 Público do Estado tem acompanhado de perto todas as ações tomadas pelo Instituto. Roberta Brenner
54 esclareceu, ainda, sobre as dívidas que o IPE Saúde tem e quais são as consequências da falta de
55 pagamento aos prestadores, abordando sobre os insumos pagos com valores acima daqueles de
56 mercado e outras despesas que estão abaixo do valor aceitável pelos prestadores, fazendo uma
57 compensação cruzada e gerando dificuldades de se identificar o real valor de cada serviço. Este é um
58 verdadeiro problema a ser enfrentado pela Autarquia, vez que esta situação é irregular e não
59 admissível na contabilidade pública, onde deve-se pagar pelo serviço efetivamente realizado. A partir
60 da implantação da Tabela Própria de Medicamentos do IPE Saúde e pagamento das dívidas existentes,
61 espera-se que seja mais eficaz a tratativa para garantir o atendimento pleno aos segurados. A
62 promotora relatou também outras dificuldades enfrentadas pelo Instituto no que diz respeito aos

63 contratos desatualizados firmados com os prestadores e que este também é um dos impasses sobre o
64 qual devem ser tomadas providências através da reconstrução com os hospitais padrão e os
65 hospitais estratégicos. Além disto, a promotora Roberta Brenner relatou que o problema da falta de
66 atendimento não será sanado de forma completa, sendo que ainda está se praticando negociações
67 com os Prestadores. Após a fala de Roberta Brenner, o presidente do Conselho, João Ricardo, voltou a
68 se manifestar reiterando a importância da reestruturação administrativa do IPE Saúde, que é
69 comemorada também por este Conselho, mas afirmando não ser aceitável que seja negado o
70 atendimento aos segurados, sendo que saúde é uma prioridade e deve ser a preocupação principal da
71 Autarquia. Neste sentido, João Ricardo defendeu que atitudes jurídicas sejam tomadas visando
72 garantir o atendimento pleno dos segurados. Roberta Brenner, por sua vez, relatou que o inquérito
73 civil existente no MPRS sobre o IPE Saúde trata especificamente da reestruturação do Instituto, mas
74 que colocará juntamente ao processo os relatos dos conselheiros sobre os problemas enfrentados com
75 os atendimentos não prestados aos segurados. O conselheiro Antônio de Pádua, por sua vez, falou
76 sobre como funcionam as relações políticas para o cargo de diretor-presidente do IPE Saúde e que
77 receia que o próximo Governo não dê a devida importância ao Instituto como está sendo feito no
78 momento; por conta disto concordou com a fala do presidente do Conselho sobre tomar atitudes
79 jurídicas para que os atendimentos sejam garantidos, independente de quem for o próximo diretor-
80 presidente da Autarquia. Já o conselheiro Álvaro Panizza manifestou-se informando alguns estudos já
81 realizados sobre as dívidas que o IPE Saúde tem com os prestadores, informações e discussões sobre
82 os custos do plano e questionando se o modelo e a lógica de negócio atual adotados no Instituto são
83 sustentáveis. O conselheiro Antônio Andrezza relatou como a negativa de atendimento aos
84 segurados afeta os residentes no interior do estado que, por vezes, tem apenas um prestador
85 credenciado na especialidade procurada e que isto não se restringe apenas a um caso, mas que ocorre
86 de forma generalizada. Desta forma, o conselheiro salientou a importância do cadastramento dos
87 prestadores, tanto dos hospitais quanto dos médicos, para que se evite a negativa dos atendimentos
88 exigidos de forma contratual. O conselheiro Thiago Dapper agradeceu o reconhecimento feito pela
89 promotora ao trabalho ora desenvolvido pela atual gestão do Instituto, com critérios essencialmente
90 técnicos; falou que um dos principais problemas do IPE Saúde é a falta de auditoria prévia e pós o
91 atendimento, a fim de fiscalizar se as contas apresentadas pelos prestadores realmente são efetivas,
92 desta forma também auxiliando na análise interna sobre a gestão do Instituto. Após as discussões
93 sobre o tema, a promotora Roberta Brenner se colocou à disposição dos conselheiros e salientou,

94 novamente, que todos os apontamentos levantados pelos conselheiros serão registrados no inquérito
95 civil já existente e que a mesma dará o devido retorno ao Conselho de Administração quanto às ações
96 tomadas sobre o caso. **7) Assuntos de Ordem Geral.** Não houve. **8) Definição de pauta para a próxima**
97 **sessão.** Para a reunião ordinária do dia 15 de setembro de 2022, não ficou definido nenhum tema. **9)**
98 **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, e dando por encerrada a reunião, da qual, para constar,
99 foi lavrada a presente ata que foi elaborada, revisada e assinada por mim, Thuane Liesenfeld Borges,
100 secretária do Conselho, e pelo presidente do Conselho de Administração, João Ricardo dos Santos
101 Costa, sendo declarada aprovada a ata desta sessão, que se encontra à disposição dos Senhores
102 Conselheiros, por meio eletrônico, ressaltando-lhes o direito de retificá-la, por escrito, se assim
103 desejarem.

104

Porto Alegre, 25 de agosto de 2022.

105

106

João Ricardo dos Santos Costa

107

Presidente do Conselho de Administração do IPE Saúde

108

109

Thuane Liesenfeld Borges

110

Secretária do Conselho de Administração.

111